

O Congresso — governistas e oposicionistas — está-se movimentando para participar ativamente da condução de problemas como a dívida externa e o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Algumas iniciativas nesse sentido foram anunciadas ontem, entre elas a do senador Carlos Alberto de Souza (PDS-RN): com as simpatias do ministro para Assuntos Fundiários e Secretário do Conselho de Segurança Nacional, general Danilo Venturini, o senador vai sugerir, hoje, ao Congresso, a criação de uma comissão, formada por todos os partidos, para estudar soluções para a renegociação da dívida, governo a governo, incluindo uma forma de participação do Congresso nessa renegociação. A idéia será também levada ao ministro Delfim Neto e não está afastada a tese da moratória.

A Comissão de Relações Exteriores da Câmara, por sua vez, deliberará, amanhã, sobre a indicação de uma comissão de deputados de todos os partidos, para reclamar o direito de o Congresso discutir o acordo com o FMI (na semana passada, a maioria absoluta da Câmara — 241 deputados — fez essa reivindicação ao presidente da Casa, Flávio Marcílio); o PDS realizará, dia 31, uma assembleia partidária para discutir a dívida, o FMI, o decreto 2.045 (lei salarial), a reforma tributária e os acordos partidários; e os presidentes e líderes do PMDB, PDT, PTB e PT discutirão, hoje, a viabilidade de uma ação judicial contra os acordos com o FMI, sem prévia discussão no Legislativo.

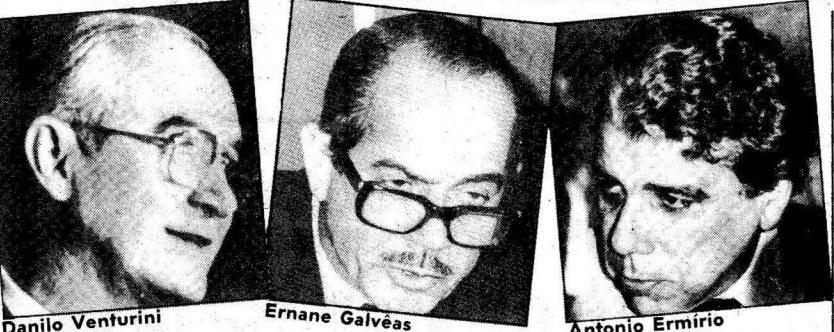
Apesar disso, porém, os ministros da Fazenda, Ernane Galvães, e do Planejamento, Delfim Neto, garantiram, ontem: a questão da dívida externa continuará sendo conduzida da mesma forma, nada vai mudar, a moratória não está no programa, e tudo vai terminar bem, com os banqueiros internacionais voltando a emprestar ao Brasil tão logo seja concretizado o acordo com o Fundo Monetário Internacional. A moratória não será

MORATÓRIA

O próprio secretário do Conselho de Segurança, general Danilo Venturini, vê com simpatia a idéia: a participação do Congresso na renegociação da dívida, sugestão que será levada hoje ao Congresso. Delfim e Galvães, porém, dizem que tudo continua como está, sem moratória.

declarada, inclusive porque isso ficou acertado com o FMI, assinou uma fonte graduada do Ministério da Fazenda. O próprio Itamaraty, segundo o porta-voz Bernardo Pericás, nada sabe a respeito de uma eventual decisão sobre a renegociação da dívida (segundo se informou inconsistentemente ontem nos meios financeiros), embora ele tenha enfatizado que "o Itamaraty cumpre instruções do presidente da República".

Segundo Delfim Neto, não se pensa, "por enquanto", no adiamento do pagamento da dívida, nem há nada sobre a moratória. Galvães confirmou que "proseguimos na mesma orientação" e que "estamos com outra estratégia, fazendo um programa de renegociação, esperando concluir os entendimentos com o Fundo, para retomar o curso das negociações ante-



Danilo Venturini

Ernane Galvães

Antonio Ermírio

riores, na mesma base, no mesmo estilo, com os mesmos objetivos".

Já segundo a fonte do Ministério da Fazenda, a tática é partir para uma negociação mais ampla da dívida, sem moratória, logo que se concluam as negociações com o Fundo. Nesse meio tempo, o governo tentará junto ao diretor-gerente do

Fundo, Jacques de Larosière, que ele dê o sinal verde para que os bancos credores antecipem a segunda parte do empréstimo-jumbo de 4,4 bilhões de dólares, no valor de 640 milhões.

O assessor de Galvães — que contestava informações de que a prioridade, agora, seria a recom-

posição das reservas internacionais do Brasil, com o objetivo de elevá-las para três bilhões de dólares e preparar o País para a moratória — disse que isso não teria sentido, pois não há ainda condições de recompor essas reservas. O plano, depois do acordo com o FMI, seria recorrer ao Clube de Paris e, novamente, aos credores internacionais, "para pedir um prazo de carência para que o País se alivie um pouco".

A moratória, inclusive, foi considerada pelo empresário Antônio Ermírio de Moraes "uma palavra extremamente pesada. E em vista do fato de o Brasil depender de 75% do óleo importado, a moratória seria quase a assinatura de uma guerra civil, que ninguém deseja". Para ele, "na hora em que você tivesse não a falta de gasolina nos fins de semana, mas do óleo

combustível, o País entraria num desastre".

Antônio Ermírio de Moraes lembrou ter advertido, há dois anos, sobre a necessidade de se reformular ou renegociar a dívida externa, e, "como resposta, recebeu inúmeras mensagens de desacordo".

Sobre o documento dos empresários entregue ao presidente interino Aureliano Chaves, Ermírio de Moraes contestou as afirmações de Delfim Neto, de que teria caráter político apenas. O documento é mais econômico, segundo ele, e não se trata de uma "declaração de guerra", mas de "um documento para profunda meditação".

Já o professor Décio Garcia Munhoz, da Universidade de Brasília, considera inevitável a insolvência do País, até setembro, mesmo porque, segundo ele, até lá haverá atrasados comerciais acumulados de 4 bilhões de dólares. E nem o dinheiro do FMI ou dos credores poderão livrar o País da insolvência, segundo ele. Munhoz sugere o fim da atual política de renegociação; que o País peça a renovação automática do pagamento do principal da dívida e dos juros; e, depois, que se discuta a taxa de juros e a abertura de novos mercados para o pagamento dos débitos.

Governo a governo

O senador do PDS, Carlos Alberto de Souza, esteve ontem no gabinete do general Danilo Venturini, para apresentar sua tese de renegociação da dívida governo a governo, incluindo representantes do Congresso. Venturini manifestou simpatia, de acordo com o senador, a até lembrou que mais ou menos mesma idéia foi apresentada em setembro passado, no discurso do presidente Figueiredo na ONU.

A idéia do senador é que o Congresso tenha participação direta na renegociação, discutindo diretamente com os legislativos dos países credores. Ele lembrou, que não interessa ao governo norte-americano o agravamento da crise brasileira.